

Comissão de Viação e Transportes

Projeto de Lei n.º 617, de 2003

Altera os dispositivos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que “institui o Vale-Transporte, determinando que este seja pago em dinheiro ao trabalhador”.

Autor : Deputado Murilo Zauith

Relator : Deputado Cleuber Carneiro

Voto em Separado

A proposta legislativa ora em exame, bem como os seus apensos, pretendem transformar o benefício do Vale-Transporte em pecúnia a ser pago direto ao trabalhador.

Nesta Comissão, a proposta em epígrafe recebeu parecer favorável do ilustre Relator, Deputado Cleuber Carneiro.

O autor da proposta em tela, alegou que o vale-transporte deve ser aperfeiçoado visando eliminar algumas falhas que acentuaram no decorrer do tempo, como o comércio paralelo de tíquetes.

Sob esta ótica, entendemos que a alegação apresentada está longe da veracidade necessária, e não é suficiente para decretar disfarçadamente a extinção do Vale-Transporte.

Não podemos ignorar o fato de que o Vale-Transporte, nestes 18 anos de existência, mostrou-se eficaz ao solucionar um grande problema social enfrentado por todos os trabalhadores, que gastavam boa parte do salário recebido com transporte diário de sua residência ao local de trabalho.

É certo que, os defensores da tese de extinção do Vale-Transporte preferem ignorar o fato de que o mesmo é um benefício totalmente

consolidado, cujas vantagens têm gerado a melhoria na relação entre empregados e empregadores, caracterizando-se, principalmente, como um mecanismo de redistribuição de renda. Na verdade, é um subsídio do sistema produtivo às classes de menor poder aquisitivo da população brasileira.

Todos os integrantes deste processo foram e continuam sendo beneficiados, ou seja, empregador, trabalhador e operador de transporte.

O primeiro, possui a vantagem de reduzir o absenteísmo dos empregados, assegurando a presença nos postos de trabalho, contribuindo para a produção e concedendo-lhes um benefício que não possui natureza salarial, o que certamente reduz os encargos sociais das empresas.

Já para o trabalhador é ter a garantia do transporte diário, independente do valor do preço da passagem, pois o gasto está limitado a 6% do seu salário com o seu deslocamento diário até o local de trabalho, não comprometendo o seu orçamento.

Para o terceiro, há o aumento da velocidade comercial, já que dispensa o troco na catraca, face a maior velocidade do embarque do passageiro, reduzindo assim o tempo de viagem, proporcionando-lhe melhoria na qualidade do serviço prestado, revestida de uma maior segurança a bordo dos ônibus, pois não estarão mais suscetíveis aos assaltos, uma vez que as importâncias pagas pelos passageiros concentram-se mais em vales do que em espécie.

Assim, a proposta em tela, caso seja convertida em lei é um retrocesso no direito trabalhista brasileiro, pois volta a um passado revestido de problemas, caracterizado pelo absenteísmo do trabalhador face a falta de recursos para prover o seu transporte diário até o local de trabalho.

Na mesma linha, não podemos ignorar o fato que, ao se conceder o benefício em pecúnia ao trabalhador, este tenderá a gastar o mesmo na própria manutenção e da sua família, uma vez que a atual política salarial vigente no país está calcada na manutenção dos atuais postos de empregos, e não mais em reajustes salariais, os quais eram freqüentes no passado.

Observe-se que na ocorrência do Vale-Transporte ser pago em dinheiro poderá induzir a demissão do trabalhador, pois não tendo recursos para o custeio do seu transporte diário, este tenderá a faltar ao trabalho.

Propostas legislativas, como as sob análise, não trazem qualquer benefício para classe trabalhadora brasileira, e representam uma ameaça aos direitos, os quais foram conquistados e consolidados com o passar do tempo.

A melhoria das relações trabalhistas no Brasil devem ser calcadas em propostas que não prejudiquem os direitos históricos dos trabalhadores, como 13º salário, férias e outros de grande importância.

O pagamento do Vale-Transporte em dinheiro não irá solucionar as questões suscitadas pelo autor e referendadas pelo Relator. Na verdade, não se deve penalizar toda uma classe de trabalhadores no país, em face de casos isolados de comercialização clandestina dos tíquetes.

A proposta de extinção disfarçada do Vale-Transporte certamente recairá sobre aqueles que necessitam e utilizam os serviços de transporte público, diariamente, para deslocar-se da sua residência até o local de trabalho, e vice-versa.

Assim, face ao exposto, votamos pela rejeição do Parecer e substitutivo do Relator ao Projeto de Lei n.º 617, de 2003, de autoria do Deputado Murilo Zauith, e os seus respectivos apensos.

Sala da Comissão, 16 de setembro de 2003.

Deputado CHICO DA PRINCESA
PL/PR